



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR  
(LATU SENSU)**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**JULIANA MATOS MARTINS NUNES**

**BELO HORIZONTE  
JUNHO/2011**



**JULIANA MATOS MARTINS NUNES**

**A IMPORTANCIA DA AVALIAÇÃO  
INSTITUCIONAL NUMA ESCOLA  
DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Especialização (Latu Sensu) em Gestão  
Escolar da Faculdade de Educação, sob  
orientação do Professor Márcio Boaventura  
Júnior.

**BELO HORIZONTE  
JUNHO/2011**

## SUMÁRIO

Introdução .....	04
O que é avaliação institucional na unidade escolar .....	03
As contribuições da avaliação institucional para melhorar a qualidade da escola..	06
A avaliação institucional e o ppp (projeto político pedagógico).....	08
Etapas para aplicação da avaliação institucional na unidade escolar .....	09
Conclusão.....	11
Referências bibliográficas.....	12
Anexo .....	16

## INTRODUÇÃO

O ato educacional é um processo dialógico entre o educador, o educando e todos os sujeitos envolvidos. O que vai ser ensinado, conteúdos, valores, entre outras situações mediam este processo que precisa ser sistematicamente avaliado para atestar sua qualidade e levantar elementos que legitimem o processo ou estratégias para refazê-lo.

Na escola, de uma maneira bem específica a avaliação é parte integrante das práticas escolares e podem acontecer em vários âmbitos: avaliação da aprendizagem do aluno, que engloba avaliar o conteúdo ensinado em sala de aula, avaliação de desempenho, que visa avaliar o desempenho de cada profissional dentro da instituição e a avaliação institucional que ouve de toda comunidade escolar uma análise sobre a instituição. Paulo Freire (1982) diz sobre avaliação que este é um processo da prática educativa e não apenas de um pedaço desta. Portanto é necessário considerar todos os âmbitos de avaliação em uma instituição escolar.

O presente trabalho pretende conceituar avaliação institucional e apresentar uma reflexão a respeito da importância desta avaliação para a melhoria da qualidade de ensino/aprendizagem das escolas que vivem um processo de gestão democrática. Para isto, salientamos a necessidade de também refletir sobre a gestão da escola e o projeto-político-pedagógico, estratégia de direcionamento escolar e suas políticas de avaliação .

Meyer (1993) diz que avaliação é um instrumento de gestão necessário para se mensurar os esforços da organização e sua qualidade. Sobre o mesmo tema, [...] Macário (1993) afirma que a avaliação mostra os caminhos para as mudanças necessárias às instituições e [...] Juliato (1991) trata a avaliação como um processo permanente de aprendizagem organizacional.

Portanto, é fundamental ver a avaliação como aliada da instituição e considerar que suas funções estão muito abrangentes, pois estão compreendidas no contexto das várias mudanças educacionais, econômicas e políticas.

Partindo disso, as principais reflexões que pretendemos apresentar são: As contribuições da avaliação institucional para melhorar a qualidade de ensino-aprendizagem da escola e como este instrumento pode ser uma estratégia de gestão democrática. Além de apresentar as etapas para aplicação deste processo na escola.

O mito da avaliação como instrumento burocrático, conflituoso, ou punitivo está cada vez mais sendo desmantelado e o mesmo sendo visto como estratégia de planejamento e intervenção. Cipriano Luckesi em sua obra denominada Avaliação da aprendizagem escolar define bem este novo olhar sobre a avaliação [...] Luckesi, (2000) A avaliação, como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão”...

Certamente, um novo olhar sobre a avaliação, instrumento essencial de gestão, vem alcançado as unidades escolares que por longas décadas mantinham um único conceito sobre tal: quantitativa e punitiva. Avaliar é na verdade ter condições de medir o que deu certo, o que é necessário melhorar e por qual caminho andar e como comenta Loch é parte integrante e intrínseca do processo educativo.

A avaliação está no interior do ato educativo, é ela que garante que o processo de aprender se efetive, e é este processo que faz o sujeito ser mais “feitura” de si mesmo. (LOCH, 2006 p. 105)

## **O QUE É AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIDADE ESCOLAR**

Avaliação Institucional é um processo avaliativo que acontece nas instituições com o propósito de provocar um autoconhecimento e identificar os acertos, as potencialidades e as dificuldades de uma instituição.

Esta avaliação tem a constante reconstrução como uma ação central.

É necessário que a avaliação institucional seja um processo global, contínuo, sistemático e legítimo, só assim cumprirá seu efetivo papel que é o de melhorar a escola como um todo.

A visão de uma avaliação a ser adotada por uma instituição deve:

1. Avaliar todos os aspectos e elementos da Instituição.
2. Respeitar a identidade da unidade escolar
3. Respeitar as diferenças existentes.
4. Ter o diagnóstico da realidade como instrumento de melhoria e não punição.
5. Ter o compromisso de dar retorno efetivo das informações coletadas.

De uma maneira mais clara esta avaliação deve permitir à instituição perceber o que faz com que ela seja vista como boa ou ruim. Identificar se o problema está na infraestrutura ou no nível dos professores. Enfim, como e o quê melhorar na instituição para que ela seja vista como de qualidade. Ter respostas claras e objetivas para questões como estas é fundamental para o sucesso da gestão da escola.

É importante ressaltar que é a ação que faz com que um processo seja considerado um ato avaliativo, pois, apenas aplicar métodos de avaliação e não usá-los para subsidiar mudanças em uma instituição, não é efetivamente avaliar.

### **AS CONTRIBUIÇÕES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA MELHORAR A QUALIDADE DA ESCOLA**

Luckesi (2006), diz que toda avaliação da escola, seja de aprendizagem ou institucional é um processo de investigação, tendo como consequência a intervenção. O autor pondera que é o conhecimento resultante de uma investigação que permite que a instituição compreenda sua realidade, para a partir daí produzir modos de agir sobre determinado problema, mais eficientes e mais adequados.

Assim, toda avaliação serve para ponderar e projetar ações visando promover reflexões que sugerem recursos e estratégias para melhorar os processos desenvolvidos em uma instituição. Avaliar é constituir valores que podem levar à tomadas de consciência e como consequência abrir um espaço para transpor o significado da educação como conceito institucionalizado.

Portanto, a Avaliação Institucional, é um exercício democrático e um importante recurso para a prática diligente e transformadora que se espera de uma instituição escolar. Cada escola deve ser firme em suas metas educacionais, mas, flexíveis quanto às estratégias para alcançá-las. Pois, o como chegar a um lugar já determinado pode ser reconsiderado devido ao público atendido e demais condições que serão apresentadas numa análise que esta avaliação fornecerá.

Um programa de Avaliação Institucional deve ser sistemático e fazer parte dos mecanismos que compõe o cotidiano pedagógico da instituição escolar. Para realizar de forma fidedigna, neste processo deve estar presente todos que compõe a ação educativa, alunos docentes, gestores, técnicos presentes no trabalho da escola, mas, principalmente deve ter a avaliação da família dos alunos.

Meyer (1993) conceitua avaliação como um instrumento de gestão necessário para se mensurar os esforços da organização e sua qualidade [...] A avaliação institucional, constitui-se como um instrumento contínuo de busca de qualidade para a escola.

Dias Sobrinho, falando sobre a avaliação institucional no âmbito universitário, comenta um ponto que também é presente em nosso contexto educacional. Segundo Sobrinho (1994) a avaliação institucional, mantém a instituição com “a visibilidade dos indicadores quantitativos e com a perspicácia de análises qualitativas que orientem a instituição em suas tomadas de decisão”. Esta medida eleva a preocupação da instituição em manter a qualidade de acordo com a visão dos vários atores que compõe o processo educativo, colocando todos como coadjuvantes desta busca.

Em síntese, a prática da avaliação da aprendizagem não se resume apenas a um paralelo entre as metas das várias esferas estabelecidas pela instituição e os resultados obtidos. É claro que este é um objetivo funcional deste instrumento. Entretanto, a avaliação permite também verificar o grau de cumprimento dos objetivos traçados através da comparação das metas com os resultados. Além disso, ajuda a revelar as falhas e incorreções no processo de ensino e aprendizagem, facilitando as tomadas de decisões corretas de cada escola.

## **A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E O PPP (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO)**

O projeto político pedagógico é um documento norteador da vida de uma instituição escolar, portanto, deve ser real e efetivo, e não apenas um mero documento para cumprir imposições burocráticas.

Nesta perspectiva, é importante ressaltar que a avaliação é um dos principais instrumentos na elaboração de um PPP. Isto porque, este processo envolve desde a elaboração de um diagnóstico para levantar dados reais da instituição, quanto a construção coletiva das metas a serem alcançadas e os indicadores de cada uma. Tudo isso feito com a contribuição efetiva de todos os atores de uma instituição, desde os discentes, os docentes e demais funcionários, até a família.

Verifica-se que na Escola Municipal Antonio Camilo Alvim a avaliação institucional é parte do Projeto Político pedagógico da escola, por considerá-la relevante na busca de uma instituição que oferece uma educação de qualidade.

Segundo Philippe Perrenoud (1999) a avaliação cria as hierarquias sociais que consolidam a sociedade atual. Portanto, avaliar, prática muito comum nas instituições escolares, constitui-se um ato social. Sendo, assim a avaliação da instituição é imprescindível para a real definição da “cara” de uma instituição escolar que não tem um fim em si mesma, mas está completamente inserida num contexto histórico e social.

Para Gadotti (1999) a avaliação é um processo que qualifica a educação assim como os serviços prestados pela instituição, portanto, de uma maneira mais global toda avaliação que acontece no âmbito escolar, torna-se indiretamente uma avaliação institucional.

Em Avaliação Institucional - Necessidade e condições para a sua realização Gadotti (1999) diz que a avaliação é um mecanismo que acompanha a implantação e viabiliza a correção de rumos de um certo modelo de escola, de um certo projeto político-pedagógico. Também Antônio Amorim (1992) diz que qualquer avaliação precisa se configurar em relação a algo, necessita de uma referência, um projeto

político-pedagógico. Nesta concepção, pode-se considerar que tanto a avaliação institucional quanto o PPP são fundamentais para o bom desempenho de uma escola.

Porque a avaliação institucional e escolar coloca em evidência o projeto institucional, os fins da educação e as concepções pedagógicas. Ela se constitui um momento privilegiado de discussão do **projeto político-pedagógico** da escola Gadotti (1999). O autor ressalta a relevância e a interdependência destes dois processos em busca de contextualizar a escola com a atual sociedade que vivemos, procurando fazer deste, um espaço real de aprendizagem.

A avaliação institucional é muito mais que um processo técnico, na verdade ela deve fazer parte de um projeto global da escola, um projeto educacional e social, um projeto político pedagógico. Por isso, ela é essencial na construção de uma escola que cumpra com sua efetiva função: educar para as ciências, para as artes, para a cidadania . Como sustenta Vasconcellos (1998), na perspectiva de uma “práxis transformadora” a avaliação deve ser considerada como um “compromisso com a aprendizagem de todos” e “compromisso com a mudança institucional”.

## **ETAPAS PARA APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIDADE ESCOLAR**

A Avaliação Institucional é um processo que engloba agentes internos e externos na sua participação. Os internos são todo o corpo docente e discente, técnicos, auxiliares de serviço, ou seja, todos envolvidos diretamente com a escola. Os externos são os pais dos alunos e toda comunidade em torno da escola, associação de bairro, entidades filantrópicas, a secretaria municipal de educação.

Portanto, o primeiro passo na realização de uma avaliação institucional é mobilizar o grupo para o exercício desta avaliação. Apresentando uma proposta democrática, desmistificando o mito da punição. Dando ênfase ao aspecto da possibilidade da melhoria de resultados. Ressaltando sempre que, a qualidade organizacional trará resultados palpáveis, também para cada segmento envolvido com a escola.

Veiga (2002) diz que:

O processo de avaliação envolve três momentos:

- a descrição e problematização da realidade escolar;
- compreensão crítica da realidade descrita e problematizada;
- Proposição das alternativas de ação – Momento de criação coletiva.

A colocação do autor confirma as etapas desse processo na Escola Municipal Antonio Camilo Alvim previstas no PPP e que podem ser descritas da seguinte forma:

1. Sensibilização e Mobilização: que visa estimular o caráter participativo e continuado da avaliação.
2. Diagnóstico Institucional: com informações coletadas tanto dos agentes internos, quanto externos. Visando realizar uma radiografia da situação atual da escola.
3. Auto-Avaliação ou Avaliação Interna: Momento que propicia revisão das metas e projetos. Visando a reflexão/ação sobre os acertos e erros, planejando, assim, novos caminhos e possibilidades.
4. Avaliação Externa: Esta etapa é realizada tanto pelos agentes mais próximos da escola, quanto pelos governos através das avaliações de aprendizagem externas e questionários disponibilizados a alunos e professores.
5. Reavaliação / Avaliação da Avaliação: Visa a divulgação dos dados obtidos, permitindo uma tomada de decisões para a busca de excelência.

Para isto, a instituição precisa fazer uma fidedigna coleta de dados. Esta etapa pode ser realizada através de questionários a serem respondidos por cada segmento e também através de entrevistas. A etapa de diagnóstico precede as demais e deve gerir as outras.

Outro aspecto importante na estruturação da Avaliação Institucional é instituir um conjunto de indicadores de desempenho, contendo aspectos qualitativos e quantitativos. Levando sempre em consideração que estes devem ser dinâmicos, permitindo uma contínua reavaliação e adequação, para que o processo seja real e proveitoso para a Instituição.

## CONCLUSÃO

Avaliar é um ato que deve ser feito com responsabilidade, ética e moral. A avaliação tradicional, cujo objetivo é apenas quantitativo, é em muitas situações ou instituições uma abordagem atual. Entretanto devemos ter em vista as novas demandas que emergem da sociedade, tanto do que diz respeito aos aspectos políticos, econômicos e sociais.

A instituição escolar por muito tempo ficou aquém de processos mais modernos e democráticos no que tange a avaliação de uma maneira geral. Luckesi(1999) em entrevista dada ao jornal do Brasil afirma que o modo de avaliação que conhecemos hoje foi sistematizada no decorrer do século XVI e na primeira metade do século XVII. No entanto, hoje, a educação básica e a universidade já incorporaram o tema da democratização no seu cotidiano e uma nova agenda está sendo assumida, a da avaliação. Gadotti (1999).

Logo, avaliar é a parte relevante de todo o processo educativo. Bevenutti (2002) considera que avaliar é mediar o processo ensino/aprendizagem, é oferecer recuperação imediata, é promover cada ser humano. A avaliação no âmbito institucional visa alcançar esse patamar, de promoção do ser humano. Pois avaliando e formatando as instituições escolares de acordo com a visão de todos os envolvidos, criar-se-á um espaço onde a democracia terá um efetivo valor.

Portanto, transformar a Avaliação Institucional em uma atividade permanente na instituição escolar é estabelecer direções e sentidos, não em parte da escola, nem em indivíduos isolados, mas, numa totalidade que engloba a escola como um todo. Como afirma Sobrinho (1994), nessa concepção, a avaliação institucional é instrumento de construção da integração.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AMORIM, Antônio. Avaliação institucional da universidade. São Paulo, Cortez, 1992.
- BENVENUTTI, D. B. Avaliação, sua história e seus paradigmas educativos. *Pedagogia: a Revista do Curso Brasileira de Contabilidade*. São Miguel do Oeste - SC: ano 1, n.01, p.47-51, jan.2002
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º394/96*. Brasília. 1996. Disponível em: moodle3. mec.gov.br/ufmg. Acesso em 02/05/2011:
- BRASIL. Portaria nº 931, de 21 de março de 2005. Disponível em <http://www.mec.gov.br>. Acessado em 11/05/2011.
- DIAS SOBRINHO. J. BALZAN. N.C. Avaliação institucional: teorias e experiências. São Paulo: Cortez, 1995
- \_\_\_\_\_. J. Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior. São Paulo: Cortez, 20036/08/2010. EYNG, A. M. Planejamento e Gestão do projeto político-pedagógico: desenvolvendo competências. In: EYNG, A.M. Planejamento e Gestão Educacional numa perspectiva Sistêmica. Curitiba: Champagnat , 2002.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação Institucional, instrumento da qualidade educativa – a experiência da UNICAMP. In: DIAS SOBRINHO, José & BALZAN, Newton C. (orgs). *Avaliação Institucional – Teoria e experiências*. São Paulo: Cortez, 1995.
- FALCÃO FILHO, JOSÉ LEÃO M.. *CLIMA ORGANIZACIONAL EM ESCOLAS DE 1º E/OU 2º GRAUS : UMA PROPOSTA DE DIAGNÓSTICO* São Paulo: 1985. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FALCÃO FILHO, JOSÉ LEÃO. AS LICENCIATURAS E O CURSO DE PEDAGOGIA. *EDUCAÇÃO : CADERNOS DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DA PUC/MG*, Belo Horizonte (MG): v.1, p.7-14, maio
- FALCÃO FILHO, JOSÉ LEÃO. RÉQUIEM PARA UM CURSO. *FORUM EDUCACIONAL*, Rio de Janeiro: v. 14, n. 2, p. 95-106, mar./maio, 1990.
- FALCÃO FILHO, JOSÉ LEÃO MARINHO. A AVALIAÇÃO DOS AVALIADORES. *ENSAIO : AVALIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO*, Rio Comprido: v. 3, n. 6, p. 73-78, jan./mar., 1995.
- FALCÃO FILHO, JOSÉ LEÃO MARINHO. ESCOLA : AMBIENTES, ESTRUTURAS, VARIÁVEIS E COMPETÊNCIAS. *ENSAIO : AVALIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO*, Rio Comprido: v. 8, n. 28, p. 283-312, jul./set., 2000.
- FERNADES.M.E.A. Avaliar a escola é preciso: Mas...que avaliação? In: VIEIRA.S.L. *Gestão da Escola desafios a enfrentar*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. Sobre educação – Diálogos - V. 1. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982

GADDOTTI, Moacir. Avaliação institucional - necessidade e condições para a sua realização (versão preliminar). Teleconferência, 6/ 3/1999.

ITABIRA. Secretaria Municipal de Educação. *Regimento Escolar: Escola Municipal Antonio Camilo Alvim*, 2010, 71p.

ITABIRA. Secretaria Municipal de Educação. Proposta Curricular: Resolução N°001/SME/2009,03p.

JULIATO, Ivo Clemente. A busca da excelência acadêmica nas instituições de ensino superior por meio da avaliação. IGLU. n. 10, out. 1991. DURHAM, Eunice R. A institucionalização da avaliação, São Paulo. 1990.

LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola: teoria e Prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCK, H. A gestão Participativa na Escola. Petrópolis: Vozes, 2006.

LUCKESI, Cipriano. Avaliação da Aprendizagem Escolar . 7.Ed. São Paulo. Cortez, 1998

\_\_\_\_\_ Entrevista sobre Avaliação da aprendizagem, concedida ao Jornal do Brasil e publicada no dia 21/07/00. Disponível em <http://www.luckesi.com.br> Acessado em 11/05/2011.

MACÁRIO, Nilza M. *Avaliação Institucional em organização de educação superior no Brasil*. 1994. 260f. Tese (Doutorado)–Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

MASSI, Cosme D. Basto. Avaliação Institucional. 2001

MEYER, Jr. Victor. Administração de qualidade estratégica para instituições universitárias. Centro Universitário, São Camilo, São Paulo: v.3, n.2, p.146-157, jul./dez., 1993

OLIVEIRA, João Ferreira de. *A construção coletiva do projeto Político-Pedagógico PPP da escola*. 2004 Disponível em [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em: 20/05/2010

OLIVEIRA, Paula Patrícia Santos. *Avaliação Institucional: Avanços Na Melhoria Da Qualidade Do Ensino*. 2008. Disponível em: <http://www.webartigos.com>. Acesso em: 21/08/2010

POLATO, Amanda. Um trio coeso e bem articulado. *Revista Nova Escola*. Ano I, n.6, p.22-28, fev/mar. 2010.

RODRIGUES, Neidson. *A Supervisão na Escola no contexto de uma política educacional*. In: Encontro Nacional de Supervisores Educacionais, Belém, AFEI, 1983.

RODRIGUES E RATTIER, Não dá para comemorar, REVISTA NOVA ESCOLA. Edição 234 Agosto-2010.p.28

SILVA, M. S. *Avaliação de Políticas e Programas Sociais: Teoria e Prática*. São Paulo: Veras, 2001.

SOUZA, Clarilza Prado de. *A avaliação educacional Crítica pós-estruturalista e educação*. Série Idéias, n. 22, São Paulo: FDE, 1994. p. 89-90.

SOUZA, João Oliveira de. Projeto político- pedagógico: exercício de democracia e participação na escola. Disponível em: Disponível em moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em: 20/05/2010

VASCONCELLOS, Celso dos S. *Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar*. São Paulo, Libertad, 9ª ed., 1992.

----- . *Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança*. São Paulo, Libertad,

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto Político Pedagógico: educação superior*. Campinas, SP; Papirus, 2002 (Coleção Magistério. Formação e Trabalho Pedagógico).3ªed.,1998

# **ANEXO**

**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PPP – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**BELO HORIZONTE**  
**2010**

**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**ENISA MOURA BRETAS CHAVES DE OLIVEIRA**

**JULIANA MATOS MARTINS NUNES**

**LUCIENE CHAVES SOARES VIEIRA**

**WALDICE ALVARENGA SANTOS**

**PPP – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**BELO HORIZONTE  
2010**

“Creio poder afirmar, na altura destas considerações, que toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina...”

(Paulo Freire, 1996)

Dedicamos este trabalho primeira mente a Deus, por nos ter nos iluminado durante esta caminhada e nos presenteado com o dom de educar.

Aos maridos e filhos pela paciência e compreensão nos momentos de ausência.

Á toda a comunidade por ser o nosso campo de atuação e referência.

## Sumário

1. Introdução.....	06
2. Finalidades.....	10
3. Estrutural Organizacional.....	13
4. Currículo.....	20
5. Tempo Escolar .....	25
6. Processo de Decisão.....	29
7. Relações de Trabalho.....	33
8. Avaliação.....	38
9. Referencia Bibliográfica.....	44
10. Anexo.....	48

## Introdução

A Escola Municipal Antonio Camilo Alvim está localizada na Rua: Cinco 150- Bairro Barreiro, no município de Itabira- Minas Gerais, seu funcionamento foi autorizado pelo Conselho Estadual de Educação através da Portaria 918/97 em 12/06/1997. O número do telefone da escola é 3834-6410 e seu e-mail [em.antonio.c.alvim@hotmail.com](mailto:em.antonio.c.alvim@hotmail.com). Oferece o ensino de Educação Infantil I e II, Ensino Fundamental (1º ao 9º Anos), sendo a entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação.

A escola recebeu esse nome para homenagear o itabirano ilustre Antônio Camilo de Faria Alvim. Homem público, político atuante, dedicou-se, sobretudo a educação: foi um dos fundadores e professor catedrático da antiga Faculdade de Filosofia da UFMG (atualmente denomina-se Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas). Nesta instituição, exerceu o cargo de diretor por doze anos, foi professor titular e Chefe do Departamento de História. Destacou-se também, como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e presidente da Associação de Cultura Franco- Brasileira.

As atividades educacionais se iniciaram em 1989, no sistema de escola multisseriada<sup>1</sup>. Somente em 1993, esse modelo de ensino foi superado com a implantação de um projeto inédito na época: Nucleação de Escolas Rurais de Itabira. O objetivo desse projeto foi pôr fim às escolas rurais multisseriadas da cidade. Então, algumas escolas foram escolhidas para se tornarem um núcleo escolar e passaram a receber alunos oriundos de várias localidades rurais do município.

Constituindo como resultado de um projeto-piloto que deu certo, a escola tem uma importância histórica no contexto do ensino no Brasil: foi a primeira escola nucleada de Minas Gerais e, provavelmente do Brasil.

---

<sup>1</sup> Nas escolas multisseriadas, os alunos de todas as modalidades de ensino têm apenas uma professora, que os atende simultaneamente. O modelo foi considerado superado pelo ensino de Itabira.

Devido a sua localização, a sua implantação como “núcleo escolar” tem como meta atender aos moradores de outros bairros periféricos, tais como: Barro Branco, Ribeira e localidades rurais: Candidópolis, Posto Agropecuário, Córrego do Meio, Baixada Grande, Sítio, Capoeirão, Fundão, Bexiga, Cantagalo, Morro do Chapéu, Vista Alegre, Rio de Peixe, Palmital e Bateias. Em todos os bairros e localidades citadas existiam escolas multisseriadas. É importante ressaltar que, a maioria das localidades rurais acima, ainda hoje, não conta com nenhum transporte coletivo para os moradores.

Para que a escola atenda à proposta de Nucleação, atualmente 405 alunos são transportados diariamente, nos dois turnos (manhã e tarde), por ônibus escolares fretados sob responsabilidades da SME, com recursos provenientes do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) e acrescentado pela PMI. Os veículos colocados à disposição da escola são: 5 ônibus, 1 microônibus, 4 Kombis.

A Escola Municipal Antônio Camilo Alvim oferece o ensino de Educação Infantil I e II e Ensino Fundamental de 1º ao 9º Ano, em dois turnos; como pode observar no quadro abaixo:

<b>Ensino Fundamental</b>				
Nível de Ensino	Ano	Turno	Nº de turmas	Nº de alunos
Educação Infantil	Ed. Infantil	2º	02	38
	Ed. Infantil	2º	01	20
Ciclo Básico de Alfabetização	1º	2º	02	42
	2º	2º	01	25
	3º	2º	02	45
Ciclo Básico Complementar	4º	2º	02	39
	5º	2º	03	68
Serição	6º	1º	04	95
	7º	1º	02	56
	8º	1º	02	68
	9º	1º	02	39

A escola conta com os seguintes funcionários:

- ✓ Equipe Diretiva: um diretor e dois vice-diretores (um para cada turno);
- ✓ Equipe Pedagógica: duas pedagogas;
- ✓ Funcionários de Secretária: um secretário, um oficial administrativo;
- ✓ Coordenadores: seis, sendo um para cada área de ensino (Matemática, Português, História, Ciências, Geografia), que atendem aos professores do 4º ao 9º Ano e um para o Projeto Mais Educação;
- ✓ Profissionais de Apoio: um psicólogo, três professores de Biblioteca, um professor de Laboratório de Ciências, um professor de Informática, dois professores de reforço escolar (um para cada turno), dois professores-eventuais (para o turno da tarde);
- ✓ Oficineiros do Projeto Crês@Arte: cinco, sendo um para cada modalidade (Teatro, Dança, Artes Plásticas, Música, Fanfarra);
- ✓ Professores: trinta e um professores regentes de turma;
- ✓ Monitores do Projeto Mais Educação: doze, sendo seis para cada turno;
- ✓ Auxiliares de serviços gerais: três cozinheiras, quatro funcionários de limpeza, um funcionário para pequenos reparos do prédio escolar;
- ✓ Vigilantes: quatro vigias (trabalham em sistema de rodízio 24 horas, terceirizados)
- ✓ Motoristas: 10 motoristas (terceirizados)

Atualmente, todos os profissionais da equipe diretiva, coordenadores de área, profissionais de apoio e professores possuem 3º grau completo, com exceção de três professores, sendo que dois destes estão cursando.

O grau de envolvimento das comunidades que integram a escola é afetado pela distância de cada localidade ao estabelecimento. Observando a participação mais

efetiva apenas nos eventos festivos, desde que garanta o acesso das famílias a escola, através de disponibilização de transporte.

Para a comunidade do Barreiro, (bairro onde se localiza a escola), o prédio escolar constitui o único espaço para realização das Reuniões de Associações de Bairro, realização de curso/palestras e práticas esportivas, sendo as dependências da escola disponibilizadas para o uso da comunidade regularmente.

A discussão sobre a construção do Projeto Político Pedagógico da escola tem se tornado tema cada vez mais frequente no âmbito escolar, pelo reconhecimento da importância deste documento como compromisso coletivo de todos que almejam por um ensino de qualidade fundamentada na gestão democrática. A compreensão da construção do PPP perpassa, sobretudo, sobre a necessidade da identidade da escola.

Esta reflexão se aflorou, principalmente, após a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) em 2009, primeiramente, pelo Grupo de Sistematização do plano (composto por diretora, vice-diretoras, coordenadores, pedagogas e um professor por turno) que posteriormente, conseguiu contagiar os demais professores da importância da construção coletiva do PPP como forma de assegurar a melhoria no processo educativo. A elaboração do PPP é uma das metas a ser alcançada pela escola, tornando-se, portanto um compromisso assumido por toda a comunidade envolvida. Para concretizar essa meta traçamos algumas ações, destacando:

1. Mobilizar toda a comunidade escolar para a importância da construção coletiva do documento;
2. Elaborar cronograma com as datas das reuniões;
3. Criar um grupo de sistematização para coordenar o processo de construção, consolidação e avaliação;
4. Divulgar as ações definidas no PPP através de banner, boletins, jornal;
5. Avaliar periodicamente os objetivos pretendidos para aperfeiçoar as metas estabelecidas.

Acreditamos que, com o documento teremos amparo legal a muitos questionamentos acerca do papel da escola. A este respeito, Veiga (2004, p.37) afirma que: “o projeto político pedagógico é, em suma, um instrumento clarificador da ação educativa da escola em sua totalidade”.

A proposta para elaboração do PPP foi um convite para novas discussões, um despertar de possibilidades que exige de todos um olhar crítico sobre a realidade da escola, suas necessidades, seus problemas em busca de soluções coletivas. Neste contexto, Veiga considera que:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também um projeto político, por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com interesses reais e coletivos da população majoritária (VEIGA,1995, p.15.).

## **FINALIDADE DA ESCOLA**

O contexto educacional atual determina a construção de um Projeto Político Pedagógico que efetivamente atinja as finalidades da escola. Tal instrumento deve atuar como um referencial norteador, portanto, necessita ter definido claramente quais caminhos e estratégias a instituição pretende tomar.

Neste contexto é imprescindível que a escola tenha definido quais suas tendências fundamentais, que aluno quer formar e quais as alternativas buscar. Gandin (1999, p.63) afirma que “as escolas que não refletirem sobre este momento crucial serão inevitavelmente levadas a reboque dos interesses mais conservadores da sociedade em que vivemos”. Para o autor, definir as concepções filosóficas que norteiam o trabalho de uma instituição é fundamental para a escola se manter em meio a tantas e novas propostas.

Reflexões como: Que tipo de sociedade queremos construir? Que tipo de indivíduo queremos colaborar na formação? Que papel desejamos para a Escola em nossa realidade? São indagações relevantes para definirmos o perfil da escola.

Freire, em uma entrevista à TV Educativa no Rio em 1997, falou sobre sua concepção de uma escola que educa para cidadania, “A escola cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com seu discurso formador, libertador.

É toda escola que, brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos-educadores também sejam eles mesmos.” O autor enfatiza que uma escola cidadã é essencialmente coerente, ou seja, equaliza sua prática ao seu discurso. E o discurso é o de formar cidadãos.

Logo, a Escola Municipal Antonio Camilo Alvim procura legitimar sua visão de uma escola que educa para cidadania no desenvolvimento de suas práticas educativas. Pois como diz FREIRE (1996, p.19), “não há pensar certo fora de uma prática testemunhal que o re-diz em lugar de desdizê-lo”. Deste modo, consideramos fundamental garantir a qualidade de nossas práticas educacionais, permitindo o acesso a uma aprendizagem de qualidade para todos os alunos matriculados, independente de sua raça, religião ou situação socioeconômica, conforme garante os artigos 205 e 206 da Carta Magna brasileira.

Trabalhamos também para garantir ainda a igualdade de condições para o acesso e principalmente para a permanência na escola. Ambos, estabelecidos no artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)-9394. Consideramos fundamental essa garantia, pois, acreditamos que ela é a porta para a conquista da cidadania.

A escola quer oportunizar aos seus alunos o desenvolvimento de habilidades e competências que os tornem aptos para o enfrentamento dos desafios da vida moderna com consciência e criatividade. Nesta proposta, estamos garantindo aos nossos alunos seus direitos constitucionais.

Acreditamos numa Escola Cidadã, numa instituição pública destinada a proporcionar acesso irrestrito à conquista da cidadania. Diante disso, comprometemo-nos em cooperar no âmbito de nossa esfera de responsabilidade, para o pleno desenvolvimento de nosso alunado. Para tal desenvolvimento, consideramos fundamental garantir aos mesmos:

- ✓ Acesso à matrícula.
- ✓ Cumprimento da carga horária mínima estabelecida por lei

- ✓ O direito de ler e escrever até aos oito anos de idade, providenciando recursos extras aos alunos que apresentarem dificuldade.
- ✓ Acesso a atividades que contribuam para o desenvolvimento de várias habilidades, cognitivas, artísticas, esportivas e culturais.
- ✓ Participação nos processos educacionais.
- ✓ Direito à liberdade de expressão.
- ✓ Acesso a recursos tecnológicos.
- ✓ Profissionais capacitados para ministrarem as disciplinas específicas.
- ✓ Apoio pedagógico e administrativo.

A missão da escola foi elaborada coletivamente, levando em consideração a participação de todos os segmentos representativos da escola. Temos como visão ser uma escola referência em educação com turmas do Ensino Fundamental de 9 anos, oferecendo um ensino de qualidade, primando pelo respeito e pela valorização de nossos alunos, de sua cultura e seus saberes. Conscientes da função social da escola e de nossa responsabilidade na construção da sociedade.

Nossa missão é oferecer um ensino de qualidade, com compromisso social, garantindo a participação ativa da comunidade escolar, contribuindo para a formação integral dos nossos alunos, para que eles possam agir construtivamente na transformação do seu meio.

Trabalhamos com a filosofia de que a educação humana é plural, ou seja, ela se dá na família, na escola, e na sociedade, por isto, nosso olhar de formar um cidadão com capacidade de lidar com o global. Concordamos com Freire (1995) quando diz que, a escola deve construir uma sociedade dinâmica, que recusa a imobilidade, ao contrário, indivíduos que se aventuram a descobrir e a criar.

Precisamos contribuir para criar a escola que é aventura, que marcha, que não tem medo do risco, por isso recusa o imobilismo. A escola em que se pensa, em que se atua, em que se cria, em que se fala, em que se ama, se adivinha, a escola que apaixonadamente diz sim à vida. (Freire, 1995, p.63)

Nesta Perspectiva, a Escola Municipal Antônio Camilo Alvim tem como objetivo de trabalho educar para as ciências, para a política, para as letras, para as artes e para cidadania. Visamos, especificamente, portanto,

- ✓ Utilizar as informações disponíveis nos diversos meios de comunicação existentes, mas, selecioná-las e elencá-las para adotá-las em nosso uso.
- ✓ Informar toda comunidade escolar sobre o funcionamento e o sistema de ensino adotado na escola
- ✓ Valorizar a busca de novos conhecimentos para ampliar a leitura de mundo.
- ✓ Desenvolver um ambiente favorável que valorize a diversidade em todos os seus âmbitos.
- ✓ Desenvolver uma cultura que valorize o respeito a si mesmo e aos outros.
- ✓ Proporcionar aos discentes situações de aprendizagem que contribuam para o desenvolvimento da criatividade e autonomia.

O compromisso com uma educação de qualidade é uma forte característica da escola em tempo integral, por isso, neste segundo semestre de 2010, abraçamos essa idéia como forma de oferecer melhores oportunidades aos nossos alunos.

O acesso à cultura, artes, novas tecnologias e esportes é visto pela escola como condição fundamental na garantia da formação cidadã de nossos alunos. Como proposta cultural e artística, oferecemos oficinas de danças e música, e um programa de teatro, com atividades que proporcionam formar e informar nossos alunos em técnicas teatrais, assim como o acesso a peças e apresentação no teatro municipal para um grande público.

Ressaltamos a importância que damos ao trabalho democrático e o quanto isso permeia todas as ações da escola. Acreditamos na gestão democrática como estratégia para a garantia de direitos. Portanto, consideramos como primazia o aluno, seus valores, saberes e seus direitos, resumindo assim nossa razão de existir.

## **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Segundo a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9394/96 a educação escolar deve ser compromissada com o estado, a família, a comunidade, sendo a instituição escolar responsável pela complementação das ações já desenvolvidas por cada segmento mencionado anteriormente, levando o cidadão a ter um desenvolvimento integral em todos os aspectos.

A LDB dá autonomia para as escolas se organizarem estruturalmente por série, ciclo, projetos e demais. Deve-se também priorizar a liberdade, autonomia, flexibilidade e a democracia. De acordo com a lei supracitada, a Educação Básica compreende a Educação Infantil e Educação Fundamental.

Existem dois tipos básicos de estrutura organizacional característicos de qualquer instituição com fins de formação escolar: administrativas e pedagógicas. As primeiras dizem respeito ao conjunto de elementos materiais e infra-estruturais que servem de base de apoio a "ação pedagógica". As estruturas pedagógicas organizam as funções educativas para que a "escola atinja eficientemente as suas finalidades" (VEIGA, op. cit:25)

A Escola Municipal Antônio Camilo Alvim (EMACA) apresenta sua estrutura organizacional em duas etapas: *Administrativa* - assegura a gestão de recursos financeiros, físicos e humanos. *Pedagógica* - refere-se à questão ensino aprendizagem. Mesmo distintas ambas se interagem para garantir o envolvimento de toda comunidade escolar. Serão abordados abaixo os aspectos que compõe a estrutura administrativa e pedagógica da instituição:

## **1- ESTRUTURA ADMINISTRATIVA**

A Escola Municipal Antônio Camilo Alvim (EMACA) propõe a possibilidade da construção do saber pelo alunado, desenvolvendo habilidades cognitivas de forma significativa e prazerosa respeitando à diversidade cultural. Com isso embasa o aluno para a prática de vida no desenvolvimento sustentável.

Esta instituição é subordinada à Secretaria Municipal de Educação (SME), que não possui sistema próprio de educação estando submetida à 24ª Superintendência Regional de Ensino de Nova Era (SRE),

A EMACA atende moradores do Barreiro, outros bairros periféricos: Barro Branco, Ribeira e localidades rurais: Candidópolis, Posto Agropecuário, Córrego do Meio,

Baixada Grande, Sítio, Capoeirão, Fundão, Bexiga, Cantagalo, Morro do Chapéu, Vista Alegre, Rio de Peixe, Palmital e Bateias.

Para que a escola atenda à proposta de Nucleação, atualmente 405 alunos são transportados diariamente, nos dois turnos (manhã e tarde), por ônibus escolares fretados sob responsabilidades da SME, com recursos provenientes do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e acrescentado pela PMI. Os veículos colocados à disposição da escola são: cinco ônibus, um microônibus e quatro Kombis.

Os alunos são distribuídos em turnos organizados por idade na Educação Infantil, por ciclo no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e por série no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). Seu funcionamento acontece em dois turnos:

- Matutino: 07h30min horas às 12 horas (intervalo: 10h às 10h20min)
- Vespertino: 12h30min às 17 horas (intervalo: 15h às 15h20min)

Atualmente, a escola possui treze salas de aulas, sendo dez amplas e arejadas com janelas em vidraça e três salas menores que foram adaptadas para atender a demanda da Educação Infantil. O piso natado é encerado constantemente. Todas as salas possuem quadro de giz em bom estado. O mobiliário do aluno está em precárias condições de uso.

O seu espaço físico é favorável a sua clientela precisando de alguns ajustes, conta com móveis adequados. Possui Secretaria, Sala de Diretores, Sala de Coordenação Pedagógica, Sala de Professores, Sala de Referência do Professor. Todos os espaços são pequenos, porém bem organizados e limpos. Vale frisar, que a Sala de Referência do Professor é um espaço novo, conquista realizada de acordo com a meta de valorização do professor garantida pelo Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e possui dois computadores, mesa com cadeiras, estante com revistas, livros pedagógicos e educacionais.

O espaço físico interno da Biblioteca é pequeno para atender a demanda de alunos, então foi construída uma varanda anexa com recursos do Plano Nacional de Dinheiro Direto na Escola (PDDE). A biblioteca possui um acervo de livros de

literatura infanto-juvenil razoável, mas existe uma carência em materiais de pesquisa atualizados. O atendimento aos alunos é feito por três professores (dois no turno da manhã e um no turno da tarde), que além dos empréstimos de livros aos alunos, realizam outras atividades semanais com as turmas, com o objetivo de despertar o gosto e interesse pela leitura.

O Laboratório de Ciências é amplo e arejado. Possui bancadas fixas e materiais suficientes para o desenvolvimento das aulas. Conforme o cronograma, semanalmente, são realizadas atividades com as turmas de 6º ao 9º Ano, pela professora responsável.

Para a realização do Projeto “Viveiro de Mudas” a escola mantém uma horta e um viveiro de mudas nativas.

Apesar da escola estar em fase de adaptação (acessibilidade), as instalações sanitárias e bebedouros atendem à demanda dos alunos. É necessário um grande investimento por parte da SME para adaptação dessa estrutura. Adaptação essa que se refere a ambientes mais acessíveis eliminando as barreiras arquitetônicas, fazendo com que o aluno possa transitar na escola com autonomia. A instituição necessita de adequação nos banheiros, rampas de acesso, corrimões, portas, entre outros.

O Laboratório de Informática é amplo e arejado, e foi beneficiado neste ano pelo Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) com quinze computadores interligados a Internet. A proposta das aulas é dar suporte aos conteúdos desenvolvidos em sala de aula e conta com um professor de apoio.

A cozinha e o depósito de merenda são pequenos, (considerando a demanda) e com pouca ventilação. O refeitório conta com dez mesas e vinte bancos, um balcão self-service para distribuição das refeições. Esse espaço também é utilizado para reuniões, palestras e auditórios, pois a escola não possui ambiente destinado a estas atividades.

Para os alunos são disponibilizados dois bebedouros e quatro banheiros, sendo dois femininos e dois masculinos.

A escola é circundada por pátios, todos cimentados, com jardins. Porém não possui quadra de esportes. Assim, as aulas de Educação Física são realizadas muito próximas às salas de aulas, provocando tumulto constante, sendo alvo de reclamações dos professores regentes.

A escola conta com os seguintes funcionários:

- ✓ Equipe Diretiva: um diretor e dois vice-diretores (um para cada turno);
- ✓ Equipe Pedagógica: duas pedagogas;
- ✓ Funcionários de Secretária: um secretário, um oficial administrativo;
- ✓ Coordenadores: cinco, sendo um para cada área de ensino (Matemática, Português, História, Ciências, Geografia), que atendem aos professores do 4º ao 9º Ano;
- ✓ Profissionais de Apoio: um psicólogo, três professores de Biblioteca, um professor de Laboratório de Ciências, um professor de Informática, dois professores de reforço escolar (um para cada turno), dois professores-eventual (para o turno da tarde);
- ✓ Oficineiros do Projeto Crês@Arte: cinco, sendo um para cada modalidade (Teatro, Dança, Artes Plásticas, Música, Fanfarra);
- ✓ Professores: trinta e um professores regentes de turma;
- ✓ Auxiliares de serviços gerais: três cozinheiras, quatro funcionários de limpeza, um funcionário para pequenos reparos do prédio escolar;
- ✓ Vigilantes: quatro vigias (trabalham em sistema de rodízio vinte e quatro horas, terceirizados)
- ✓ Motoristas: dez motoristas (terceirizados)

Atualmente, todos os profissionais da equipe diretiva, coordenadores de área, profissionais de apoio e professores possuem 3º grau completo, com exceção de três professores, sendo que dois destes estão cursando.

O grau de envolvimento das comunidades que integram a escola é afetado pela distância de cada localidade ao estabelecimento. Assim, devido à distância e a

dispersão dos moradores da zona rural, a escolha dos membros do Colegiado fica restrita apenas aos pais que residem em localidades mais próximas à escola. O Colegiado que é eleito pela comunidade escolar de dois em dois anos para gerenciar os recursos recebidos pelos segmentos superiores. A instituição recebe hoje cinco tipos de verba:

1. Prefeitura Municipal
2. Vale Juventude
3. Cres@Arte
4. PDDE – Programa Dinheiro Direto para a Escola
5. PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola
6. PDDE - Mais Educação

Os recursos municipal e federal (PDDE) são anualmente depositados para que a instituição possa gerir de forma mais autônoma as necessidades da escola, como pequenos reparos, ou consumo de custeio e capital necessários a demanda escolar e projetos desenvolvidos. Cabe destacar que é indispensável à participação da comunidade no acompanhamento da fiscalização dos recursos.

Há na escola DVD, aparelho de vídeo, data show, televisão, microsistema, caixa amplificadora de som, livros didáticos e literários, jogos pedagógicos que são usados como apoio pedagógico.

## **2 – ESTRUTURA PEDAGÓGICA**

A gestão pedagógica da Escola Municipal Antonio Camilo Alvim conta com especialistas de educação, professores da Educação Infantil, Ensino Fundamental I, e Ensino Fundamental II. É de responsabilidade desta gestão a mobilização da comunidade escolar para a construção da proposta pedagógica.

Para Gutierrez em termos gerais participar “consiste em ajudar a construir comunicativamente o consenso quanto a um plano de ação coletiva” (GUTIERREZ, 2001, p. 62). Neste contexto a EMACA busca a participação efetiva da comunidade através da construção de projetos (ex: PPP), deixando clara a importância da

participação de cada membro e da responsabilidade que cada um passa a ser sobre a decisão coletiva.

A instituição promove festas culturais, além de oportunizar intercâmbio entre instituições de ensino de outro município. Com o apoio da comunidade escolar a instituição promove passeios turísticos (Caminhos Drummondianos, teatro, cinema, além são usados filmes)

A Escola Municipal Antônio Camilo Alvim oferece o ensino de Educação Infantil I e II e Ensino Fundamental de 1º ao 9º Ano, em dois turnos; como pode observar no quadro abaixo:

<b>Ensino Fundamental</b>				
<b>Nível de Ensino</b>	<b>Ano</b>	<b>Turno</b>	<b>Nº de turmas</b>	<b>Nº de alunos</b>
Educação Infantil	Ed. Infantil	2º	02	38
	Ed. Infantil	2º	01	20
Ciclo Básico De Alfabetização	1º	2º	02	42
	2º	2º	01	25
	3º	2º	02	45
Ciclo Básico Complementar	4º	2º	02	39
	5º	2º	03	68
Serição	6º	1º	04	95
	7º	1º	02	56
	8º	1º	02	68
	9º	1º	02	39

Além das disciplinas da Matriz Curricular, é oferecido aos alunos do 6º ao 9º Ano, atividades diferenciadas através do Projeto Cres@Arte, iniciativa da SME. São atendidos vinte e dois alunos com aulas de teatro, vinte alunos com aulas de Música, vinte e cinco alunos participam das aulas de Artes Plásticas, vinte e três alunos integram a Fanfarra e vinte alunos realizam aulas de Dança. As atividades são oferecidas no contra-turno, sendo assim, os alunos permanecem na escola,

recebem alimentação e retornam para casa somente no final do turno da tarde, pois dependem do transporte escolar.

As adaptações de acessibilidade também atingem diretamente as atividades acadêmicas dos alunos com necessidades especiais, necessitando de mudanças tanto no nível da escola quanto da SME. As propostas são inúmeras entre elas reforçamos a capacitação do professor, recursos pedagógicos adaptados para deficientes, comunicação alternativas.

Para o segundo semestre de 2010, será implantado o Programa Mais Educação, que atenderá a trezentos alunos em tempo integral. Nesta proposta serão desenvolvidas oficinas de ginástica rítmica, basquete de rua, letramento, taekwondo, percussão e rádio escola.

A reflexão sobre a estrutura organizacional da escola propõe identificar quais estruturas são valorizadas e por quem, avaliando as relações funcionais entre as mesmas. Entretanto é necessário ter clareza sobre a importância da organização norteada por finalidades, ajuizada e permeada pelas questões do poder.

Assim, levando em consideração o contexto, os recursos, a realidade escolar e as limitações cada escola assume sua identidade, promovendo no coletivo o seu Projeto Político Pedagógico, proporcionando a construção de uma nova organização.

## Currículo

A escola tradicional sempre apresentou o conceito de currículo como algo inflexível e isolado. Esta concepção se apresentava sem significação para o aluno, desse modo, o currículo deixava de ser ferramenta para o desenvolvimento das capacidades intelectuais e cognitivas do educando. Numa perspectiva mais atual, o currículo passa a ser definido como o conjunto de situações de aprendizagem que permeiam as ações educativas da escola.

Compreender Currículo Escolar é entender que, todas as atividades desenvolvidas na escola têm também uma função social, por isso, devemos ter como objetivo o conhecimento funcional do aluno. É por meio dos conteúdos básicos que os alunos passam entender o mundo que os circuncidam. Os espaços escolares devem privilegiar os interesses e vocações de seu alunado oferecendo currículos complementares que possibilite a formação integral do educando.

Partindo desse pressuposto, a Escola Municipal Antonio Camilo Alvim (EMACA) propõe um currículo dinâmico, já que a vida do aluno e da escola está em constante dinâmica. Assim, buscamos uma proposta que favoreça a valorização das experiências tanto dos educandos quanto dos educadores. Logo, o queremos dizer é que a escola deve ser um espaço de construção de conhecimento e formação de identidade.

(...) define-se currículo como um conjunto de ações que cooperam para a formação humana. Nesse sentido, falar de currículo é falar de uma perspectiva de mundo, de sociedade e de ser humano. O currículo preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona subsídios para a execução das ações. Porém, questões como o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e como avaliar devem estar presentes. (Guia de Estudos para Certificação Ocupacional do Dirigente Escolar-SEE/MG-2006, p.15)

A Escola Municipal Antonio Camilo Alvim, EMACA baseia-se na Lei 9394/96, de 20/12/96 no seu artigo 26 que diz: “os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.”

Todavia, a Secretaria Municipal de Educação não possui sistema próprio de educação, por essa razão, embasamo-nos pelas resoluções da Secretaria de Educação do Estado. Com base na Resolução N°1086 de 16 de abril de 2008, que dispõe sobre a organização e funcionamento nas escolas estaduais de Minas Gerais foi construída nossa proposta pedagógica.

As ações para construção do currículo dentro da escola muitas vezes se cristaliza em nossas mãos, pois a SME constrói a proposta curricular dentro de seus

departamentos e seções. Sendo, portanto o currículo, não coerente com as unidades escolares.

Entretanto, a EMACA propõe ações didáticas que visam à construção de uma proposta curricular participativa e voltadas para a realidade de sua comunidade escolar. Dessa forma, tornamos possível a construção da identidade desta instituição, assim levamos para reflexão entre os professores os princípios que darão segmento ao desenvolvimento do trabalho.

É compromisso de a EMACA oferecer uma educação de qualidade ao nosso alunado. Esta linha de trabalho tem sido um desafio no decorrer desenvolvimento das atividades educacionais.

O Ensino Fundamental I está organizado em cinco anos, sendo os três primeiros anos denominados ciclo de alfabetização e o 4º e 5º ano ciclo complementar. Para 2010, a SME determinou que o trabalho do 4º e 5º ano fosse realizado por área conforme instrução enviada pela SME. O Ensino Fundamental II está organizado em quatro anos em regime de seriação.

A matriz curricular utilizada na escola foi elaborada pela SME, não se pensando, portanto, a respeito das necessidades educacionais da instituição. Logo o trabalho pedagógico deve sobrepor-se a exigência da matriz curricular. Deste modo, faz-se necessário aos docentes desenvolver um trabalho que resgate e valorize o conhecimento trazido pelo aluno.

O Currículo é, nessa concepção, muito mais do que um elenco de disciplinas e conteúdos de ensino; consiste em pensar a escola por dentro, se insere como instrumento necessário ao atual momento histórico. Nesse sentido, contrário ao que afirmam as políticas educacionais, deve ser tecido buscando-se referências em princípios que reforcem a necessidade de mudanças a partir do real. Não podendo, portanto, ser reduzido a parâmetros e ou a ações uniformes que emanam do centro para as escolas.

Yus (2009, p. 21) diz que “como não há duas pessoas iguais, o currículo deve ser bastante aberto e flexível para permitir uma contínua adaptação de cada um a uma meta coletiva e cooperativa.” Em decorrência à concepção apresentada concordamos, pois, o ensino deve ser centrado no aluno, seus conhecimentos são ferramentas para a construção do planejamento, visando o desenvolvimento integral do indivíduo. Isso não ocorre com uma proposta já estabelecida e engessada.

Nesta perspectiva, outras propostas surgem através de projetos pedagógicos elaborados pela Secretaria Municipal de Educação (SME), ou no planejamento com a equipe escolar no início do ano letivo. O cronograma de projetos a serem seguidos pelas escolas é apresentado pela SME nas reuniões gerenciais e adaptados à realidade e necessidade da escola. A parte diversificada da grade contempla os conteúdos a serem trabalhados pelos projetos. As Especialistas, coordenação de área e profissionais do Núcleo Itabirano de Estudos Permanente(NIEP) monitoram o andamento das ações propostas correspondentes aos critérios e orientações do currículo.

A SME em parceria com a “Vale” está desenvolvendo um projeto de formação para gestores que tem por objetivos melhorar o IDEB do município e a formação de rede entre as escolas municipais. Este projeto acompanha o desenvolvimento das ações executadas dentro das escolas para fortalecer o trabalho do gestor. Os encontros acontecem mensalmente como espaços de formação para o crescimento dos profissionais e o fortalecimento do trabalho em rede.

A Secretaria Municipal de Educação de Itabira tem o mesmo objetivo da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais que é “Toda Criança Lendo e Escrevendo até os oito anos de idade”. Esta proposta está expressa na resolução 001\ SME\ 2009. Neste contexto vimos à necessidade de assumir a subjetividade implícita no processo de construção de um currículo que nos leve a alcançar esta meta. Para isso, priorizamos a leitura, a interpretação escrita e oral, a escrita e a produção textual, como habilidades que norteiam o trabalho em todas as disciplinas.

Devido ao baixo IDEB que a escola apresentou, passamos a participar do programa do Governo Federal PDE-Escola e agora estamos começando a enfrentar o desafio

de implantar o tempo integral, esse processo vem sendo respaldado pelo programa “Mais Educação”.

O objetivo do PDE- Escola é auxiliar a comunidade escolar no mapeamento das principais demandas apresentadas pela escola a fim de construir um ambiente favorável a aprendizagem e ao bom desempenho dos alunos. Este projeto nos permitiu traçar metas e estratégias, através desta obtivemos recursos para: formação continuada para os professores, adaptação dos espaços físicos para acessibilidade, aquisição de material didático/pedagógico e ampliação do acervo literário pra os alunos e também para os professores.

A EMACA para corresponder as expectativas de aprendizagem acredita que é necessário uma organização curricular que oportunize a percepção mais globalizada do aluno e de suas experiências, socialize os saberes valorizando a prática dialógica, reorganizando os tempos e o espaço da escola numa perspectiva de educação integral e valorize a interdisciplinaridade.

A nova política de Educação integral estabelecida na escola visa contribuir para o alcance do objetivo de otimizar as ações educativas, proporcionando educação de qualidade. As atividades, portanto, implica diretamente na melhoria do desempenho dos alunos, principalmente nas habilidades de Língua Portuguesa (leitura e escrita) e matemática(resolução de problemas)

Acreditamos numa proposta curricular que possibilite ao educando se libertar do determinismo, se reconhecendo como sujeito histórico, construindo sua identidade cultural tanto na dimensão individual quanto social, desta forma o aluno pode desenvolver sua autonomia.

Na Matriz curricular do ensino Fundamental II os conteúdos estudados são: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Artes, Ensino Religioso, História, Geografia, Língua Estrangeira e Educação Física. Todos os conteúdos são trabalhados interdisciplinarmente e sistematizados.

Os cadernos do CEALE nortearam a construção da proposta curricular do ensino fundamental I da rede, que embasa o trabalho realizado com a disciplina de língua portuguesa dando também suporte aos demais conteúdos. Este trabalho acontece de forma interdisciplinar. Nos conteúdos de ciências e geografia enfatizamos a questão ambiental, porém a proposta curricular ainda esta sendo construída.

Em Matemática, todas as escolas da rede municipal receberam a proposta curricular elaborada por representantes da SME, professores e especialistas da rede municipal.

No conteúdo de história valoriza-se a cultura rural, pois a escola recebe alunos da zona rural. Os conteúdos extracurriculares aprendidos nas oficinas compõem a parte diversificada e são ministradas por monitores voluntários.

A Escola Antonio Camilo Alvim, baseia o trabalho nas turmas de Educação Infantil, na proposta do município que é baseada nos Referenciais para Educação Infantil. (1998). Estes instrumentos construídos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) são agrupados em dois volumes relacionados aos âmbitos de experiência: Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo.

A escola, portanto, deve estar ciente de que como defendem Santos e Paraíso (1996, p.37) “o currículo constrói identidades e subjetividades: junto com os conteúdos das disciplinas escolares; e também adquirem-se na escola percepções , disposições e valores que orientam os comportamentos e estruturam personalidades.”

Não nos cabe, porém, delimitar o currículo, pois, este é um elo entre o que se pensa sobre a educação e a prática pedagógica, entre o que se planeja e o que realmente se faz. Entretanto, é necessário ressaltar que a elaboração do currículo deve ocupar um lugar central na condução do processo educacional e em direção aos seus objetivos.

## Tempo Escolar

A escola deve ser um local que privilegia a convivência entre diferentes formações étnicas, religiosas e da formação dos seres como cidadãos participativos da construção do seu próprio saber. Sendo a escola um espaço de formação educativa não pode se esquecer que não é o único. Entende-se que ao trazer os saberes e talentos do cotidiano para dentro do espaço escolar amplia-se as experiências de aprendizagem dos educandos.

A Escola Municipal “Antonio Camilo Alvim”, atende o Ensino Fundamental de nove anos (1ºano ao 9ºano), conforme estabelecido na Resolução da Superintendência do Estado da Educação (SEE) N°1086, de 16 de abril de 2008, no artigo 2º. Oferece também a Educação Infantil I e II (04 e 05 anos) atendendo ao pressuposto da Constituição de 1988, que reconhece a educação infantil como direito das crianças de 0 a 6 anos de idade, dever do Estado e opção da família.

Os alunos atendidos pela escola são principalmente oriundos da zona rural. No turno da manhã atende o Ensino fundamental II do 6º ao 9º ano e a tarde Educação Infantil e Ensino Fundamental I do 1º ao 5 ano.

O tempo de permanência dos alunos na escola é compreendido em dois turnos, sendo que o primeiro se inicia às 7h30 e termina às 12h com módulos de aula de cinquenta minutos. O segundo turno acontece de 12h30 às 17h, com intervalo para recreio de vinte minutos em cada turno. O horário das aulas está fundamentado na LDB nº 9394/96 que garante duzentos dias letivos e oitocentas horas de trabalho, tanto para o Ensino Fundamental quanto para a Educação Infantil.

A interação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental é indiscutíveis, ambos envolvem conhecimentos e afetos. Nesse caminho, a EMACA assegura a apropriação do conhecimento a todos, garantindo a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica. Sendo assim, para a educação infantil a escola garante momentos de intervalo para recreio diferenciado dos demais alunos garantindo espaços para brincadeiras e para alimentação. As atividades dentro da sala garantem que os alunos tenham a oportunidade de construir os conceitos do dia a dia e, portanto sejam capazes de entender os conceitos científico com a

manipulação de objetos e matérias, estudo do meio, leitura de história e poemas ,  
reconto de histórias, cantar, reprodução de sons e movimentos.

O tempo escolar da educação infantil está fundamentado também na LDB nº  
9394/96.

O calendário anual é elaborado pela Secretaria Municipal de Educação (SME)  
seguindo orientações da Superintendência Regional do Estado, 24ª de Nova Era.

No calendário fica garantido:

- dias letivos;
- eventos festivos;
- período de avaliações das etapas;
- renovação de matrícula;
- período de novas matrículas;
- período de recuperação;
- conselho de ciclo e de classe.

Estando a escola sob a subordinação da SME segue todas as resoluções e decretos  
estabelecidos pela mesma. Sendo assim, o ano letivo para o ensino fundamental  
esta dividido em três etapas, conforme Resolução nº001 de 2010, publicada em 22  
de dezembro de 2009.

A escola se organiza também no tempo escolar dos seus profissionais, os  
professores dos 6º ao 9º ano se reúnem quinzenalmente, conforme cronograma,  
por duas horas com a coordenação de área para reunião de planejamento e ou  
estudo.

Os professores de educação infantil e anos iniciais de 1º ao 5º ano se reúnem  
semanalmente com a coordenação pedagógica para discutir, definir e acompanhar  
o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Esse momento, funciona  
como instrumento de apoio ao trabalho desenvolvido pelos professores.

A escola possui também um professor de apoio para os alunos com dificuldades de aprendizagem. O alunos voltam a escola no contra turno para serem atendidos duas vezes por semana em módulos de 2 horas por dia. Os alunos que possuem alguma deficiência mental são encaminhados a APAE também no contra turno e a escola oferece a eles condução e alimentação (almoço). Já os deficientes auditivos e visuais são encaminhados ao CEMAE, onde recebem aulas especializadas em Braille ou LIBRAS, duas vezes por semana, estes alunos ainda são atendidos na própria escola por professores itinerantes conforme sua deficiência. Estes atendimentos são garantidos pela SME. Segundo Cavaliere (2007,p.08):

Caso se considere que preparar indivíduos para a vida democrática nas sociedades complexas é função da escola, o tempo integral pode ser um grande aliado, desde que as instituições tenham as condições necessárias para que em seu interior ocorram experiências de compartilhamento e reflexão. Para isso, além de definições curriculares compatíveis, toda uma infra-estrutura precisa ser preparada do ponto de vista de espaços, dos profissionais e da organização do tempo.

Foi baseado nesse pensamento, que a Escola Municipal Antonio Camilo Alvim dividiu seu tempo de acordo com os alunos atendidos e com a disponibilidade de espaço físico existente. A escola está inserida no projeto do governo federal “Mais Educação” que tem como objetivo a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva de Educação Integral.

No que se refere ao tempo integral a escola está organizada conforme a LDB n.º 9394/96, no seu artigo 34 que diz: “ A jornada escolar no ensino fundamental incluíra pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola”.

Foi pensando no artigo acima referido, que o tempo escolar está passando por alterações visando promover melhor rendimento do alunado desta escola. O tempo de permanência dos alunos na escola será estendido a sete horas por dia para cada comunidade atendida, conforme prevê o Projeto do governo federal “Mais Educação”.

Almeja-se que esta estruturação do tempo crie possibilidades reais para que os alunos possam desenvolver-se como cidadãos; e que sejam capazes de progredir superando os desafios que a vida lhes oferece.

As atividades do “Mais Educação” são organizadas em oficinas extracurricular com um tempo de duração de uma hora cada. São oferecidas oficinas de percussão, ginástica rítmica, basquete de rua, taekwondo, letramento e rádio escola.

O trabalho é realizado por monitores, as oficinas são compostas por trinta alunos, que através de rodízio participam duas vezes por semana de cada oficina. Os alunos participam das oficinas no contra turno das aulas.

Além do projeto “Mais Educação”, a escola ainda oferece em parceria com a SME o projeto Crês@arte que tem como objetivo trabalhar artes cênicas, artes plásticas, musica, dança e fanfarra.

Nessa organização do tempo escolar, a instituição garante maior permanência dos na escola, pois acredita que o sucesso depende do compromisso assumido com a formação integral dos discentes.

A EMACA acredita na importância da organização do tempo escolar para fortalecer a qualidade do trabalho pedagógico oferecido aos alunos, tornando-os sujeitos capazes de superar suas dificuldades e construir sua própria identidade.

## **Processos de Decisão**

A escola que tem como foco a qualidade do processo ensino-aprendizagem precisa garantir mecanismos de ampliação do acesso a todos no que se refere aos processos de decisões e a flexibilidade para interagir com toda a comunidade escolar. Dessa forma, se efetiva uma escola com práticas decisórias, onde o espaço escolar cria possibilidades do acesso, da permanência e do sucesso dos alunos.

A Constituição de 1988 propõe mudanças na gestão educacional com base na sustentação da autonomia escolar e na gestão compartilhada e comunitária das escolas. Essa iniciativa consolidou-se com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº9394/96, no inciso VIII do Artigo 3º, no título II, trata da “questão democrática do ensino público”, destaca o princípio da participação e fortalece o espaço para a gestão colegiada. Os Artigos 14 e 15 da referida lei, incentivaram a descentralização administrativa, a autonomia da escola, e a participação da equipe escolar e da comunidade no processo de decisões, incentivando progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, como forma de garantir a eficiência da escola pública e torná-la eficaz.

Nesse sentido, torna-se necessário consolidar mecanismos para garantir a participação dos vários segmentos da comunidade escolar nas decisões da escola.

A EMACA acredita que, a gestão colegiada favorece a autonomia, a participação escolar e a efetivação do Projeto Político Pedagógico. Gandim observa que “quando as pessoas e as instituições organizam e decidem sua prática, para, de alguma forma, intervir na realidade, utilizam um esquema de padrão de pensamento. Nas ações com resultados satisfatórios, há uma constância na sequência dos passos que são vividos.” (1990, p.27.)

Em busca pelo exercício da autonomia em seu processo de decisões, essencial numa gestão democrática, a EMACA conta com o Colegiado Escolar, Conselho de Turmas, Assembléia de Turmas, Reuniões Administrativas e Pedagógicas.

O Colegiado Escolar é composto por todos os segmentos da escola, exerce ações de caráter deliberativo e consultivo nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade de ensino, conforme o regimento escolar. Precisa ser um espaço coletivo de colaboração, reflexão, decisão e divisão das responsabilidades, podendo contribuir significativamente na construção da democracia e na qualidade da educação.

Numa visão de gestão democrática, concluímos que precisamos ampliar a participação do Colegiado. Este órgão, precisa se tornar mais atuante, principalmente nas funções deliberativas e mobilizadoras, contribuindo com a sua

parcela significativa no processo de gestão democrática, através da participação efetiva nas definições e na execução das ações.

Sabemos que, a distância das comunidades a instituição dificulta o envolvimento das famílias no dia a dia da escola. Porém, é preciso viabilizar transporte para garantir o acesso e esclarecer sobre a importância da participação de todos, para que se sintam responsáveis pelas ações que envolvam a vida escolar de seus filhos.

A escola propõe também, momentos coletivos de discussão acerca do processo-ensino aprendizagem:

- ✓ Reuniões de Coordenação com a Direção: semanalmente, a direção se reúne com as pedagogas e os coordenadores de área a fim de discutir as questões da escola. Nesse encontro, é possível planejar ações/projetos, dividir responsabilidades, socializar as experiências que deram certo ou não, compartilhar conflitos e juntos procurar soluções.
- ✓ Reuniões quinzenais, em módulos de 2 horas, quando os coordenadores de área de cada disciplina planejam com os professores as atividades relacionadas ao processo ensino-aprendizagem. Em encontros com cronograma estabelecido, definem conteúdos, estratégias de ensino, método de avaliações e discutem projetos, formas de intervenção. Ou seja, no grupo são partilhadas informações e tomadas de decisões, de modo que cada um faça o seu trabalho individual com responsabilidade, para repercutir no sucesso coletivo.
- ✓ Reuniões Mensais em módulo de 4 horas, reúne-se toda equipe diretiva e docente. Este é um espaço privilegiado para a discussão das práticas, reflexão e socialização do trabalho realizado, momentos de estudo e interação entre todos os envolvidos.
- ✓ Conselhos de Turmas: formado por pedagogo, professores da turma, coordenadores de área e direção. Neste espaço, discute o fazer pedagógico, o desempenho dos alunos e formas de intervenções para melhoria no processo ensino-aprendizagem. As discussões realizadas são registradas em instrumento pedagógico..

- ✓ Assembléias de Turmas: são constituídas pelo pedagogo, professores da turma e alunos. Podem ser convocadas especialmente para discutir um determinado problema ou podem ter carácter preventivo.

Consideramos as Assembléias de Turmas parte crucial do processo ensino-aprendizagem, pois proporcionam aos nossos alunos conhecerem o que foi discutido sobre eles. Dessa forma, criamos oportunidades para refletirem sobre suas posturas, compromissos e resultados, analisando o que podem fazer para melhorar o rendimento e como contribuir para a melhoria da escola, gerando um clima mais agradável e de confiança.

Em 2010, foram realizadas pelo Serviço de Orientação e Psicologia Escolar, 07 assembléias com turmas de 6º ao 8º anos, com os seguintes objetivos:

- ✓ apresentar através de gráficos; os resultados da 1ª Etapa Letiva;
- ✓ refletir sobre os resultados alcançados pela turma;
- ✓ discutir sobre os fatores que influenciaram no alcance destes resultados pela turma;
- ✓ buscar soluções para a melhoria dos resultados apresentados

Destacamos aqui, algumas ações que foram realizadas após as Assembléias de Turmas:

- ✓ conversas com o grupo de professores no que diz respeito às questões apontadas pelos alunos;
- ✓ conversas individuais com o professor para casos mais específicos;
- ✓ conversas com a direção ou com outros profissionais no que diz respeito às questões externas;
- ✓ retorno para a turma das medidas tomadas acerca de seus relatos;
- ✓ outros encontros com a turma para sanar dificuldades detectadas (orientação de estudos, análise dos critérios de avaliação qualitativa)

Promover uma democratização nas relações escolares, de forma a modificar a mentalidade das pessoas em relação ao trabalho participativo é uma tarefa árdua e complexa. Implica provocar mudanças na gestão escolar, romper paradigmas, dividir responsabilidades, assumir e cumprir compromissos.

Trata-se de um grande desafio, abrir verdadeiramente as portas da escola para a participação de todos os atores envolvidos na complexa missão de educar.

## **Relações de Trabalho**

Os avanços que hoje ocorrem na educação refletem diretamente nas relações humanas existentes na unidade escolar. A globalização, que hoje permite a comunicação com países e continentes, outrora quase incomunicáveis, acabou interferindo na reciprocidade das relações mais próximas. Entre essas as relações na escola.

A Escola Municipal Antonio Camilo Alvim defende que as relações pessoais no âmbito escolar devem primar pelo respeito à diversidade e a valorização de todos envolvidos no processo educativo.

Para que as relações de trabalho sejam saudáveis, acreditamos ser necessário ter estabelecido de uma maneira bem clara, os papéis de cada segmento, seus direitos e seus deveres. Assim garantimos uma melhor organização da escola.

A Escola Municipal Antônio Camilo Alvim é composta pelos seguintes segmentos:

- ✓ Direção
- ✓ Vice-direção
- ✓ Secretaria
- ✓ Serviço Pedagógico
  - ✓ Coordenação de Área
  - ✓ Corpo Docente
  - ✓ Equipe Administrativa (Secretaria Escolar)
  - ✓ Auxiliares de serviço
  - ✓ Corpo Discente
  - ✓ Colegiado Escolar

Ao gestor cabe administrar o patrimônio que compreende as instalações físicas, os equipamentos e materiais, coordenar a administração financeira e a contabilidade da escola, coordenar a administração de pessoal, promover a avaliação de desempenho dos profissionais de acordo com a legislação vigente e favorecer a gestão participativa da Escola.

O gerenciamento das ações de desenvolvimento dos recursos humanos, orientação ao efetivo funcionamento da Secretaria da Escola, são atribuições do gestor. Assim como participar do atendimento escolar no município, representar a escola junto aos demais órgãos e agências sociais. Entretanto, é relevante citar que a coordenação, a elaboração, implementação e avaliação do Plano Político Pedagógico e Proposta Curricular (definição dos conteúdos correspondentes ao ciclo ou ano) são atribuições proeminentes à sua função de gestor.

Todavia, o gestor tem como eixo principal cumprir com o compromisso sócio político dos interesses da comunidade escolar. Buscando a formação do cidadão através de ações educativas realizadas na escola, propiciando aos alunos condições de acesso e permanência na escola.

São atribuições de o vice Diretor gerir conjuntamente com o diretor a unidade escolar, substituindo-o em suas faltas. Ao vice diretor cabe ainda, auxiliar o Diretor no desempenho de suas funções; acompanhar e controlar a execução das programações relativas às atividades de apoio administrativo, técnico e pedagógico, mantendo o Diretor informado sobre o andamento das mesmas.

A Secretaria, dirigida por um Secretário Escolar que assina pelos documentos da escola e auxiliado por um oficial administrativo tem a finalidade de promover a organização dos serviços de escrituração escolar do estabelecimento; a execução e controle das normas administrativas da Escola; o planejamento e o acompanhamento de todo o processo de matrícula.

Também é função deste segmento supervisionar a expedição de transferência e tramitação de qualquer documento, declarações, históricos escolares, atas e outros documentos oficiais. Além de promover o atendimento interno e externo.

O setor pedagógico da escola é composto pelas especialistas de educação e os coordenadores de área e a estes compete planejar, controlar e avaliar as atividades pedagógicas desenvolvidas no estabelecimento de ensino.

Os especialistas de educação colaboram com o professor na identificação de alunos com dificuldades de aprendizagem e encaminhamento às instituições especializadas (CEMAE, APAE, Centro de Atenção Psicossocial Infantil-CAPSI), alunos que necessitem de atendimento terapêutico.

Os coordenadores de área assessoram os professores na utilização dos procedimentos e recursos didáticos mais adequados a cada disciplina para atingir os objetivos curriculares.

Compete a estes, planejar com os professores as atividades relacionadas ao processo ensino-aprendizagem. Coletivamente, em reuniões com cronograma estabelecido, definir conteúdos, estratégias de ensino, método de avaliações e discutem projetos, formas de intervenção. Ou seja, no grupo são compartilhadas informações e tomadas de decisões, de modo que cada um faça o seu trabalho individual com responsabilidade, para repercutir no sucesso coletivo.

Também é função destes segmentos participar efetivamente da construção do Projeto Político Pedagógico da escola e realizar a orientação dos alunos, articulando o envolvimento no processo educativo.

Os professores atuam como profissionais e cidadãos respeitando a realidade do alunado, promovendo o processo do ensino aprendizagem, buscando a efetivação da educação educativa.

A este segmento, fundamental na qualidade da escola, cabe ministrar as aulas de cada disciplina, garantindo ao aluno o acesso ao conteúdo curricular e ao tempo escolar de qualidade.

Na escola todas as relações são educativas, portanto, a responsabilidade de cuidar da limpeza dos espaços não pode ser função apenas dos auxiliares de serviço.

Acreditamos que estes profissionais, vitais na boa organização da escola, são educadores em potencial e contribuem significativamente para a formação de nossos alunos.

Essencial numa gestão democrática efetiva, o Colegiado Escolar tem como atribuições exercer ações de caráter deliberativo e consultivo nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade de ensino. As funções deliberativas referem-se à tomada de decisões quanto às diretrizes e linhas gerais das ações desenvolvidas na unidade de ensino.

As funções consultivas referem-se à emissão de pareceres para diminuir dúvidas sobre situações decorrentes das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, bem como a proposição de alternativas de solução e de procedimentos para a melhoria da qualidade do trabalho escolar (ética e fiscalização do trabalho escolar). A participação ativa do Colegiado escolar garante a transparência das ações da escola, sendo este órgão a representatividade da família na instituição.

Ao aluno, essência da educação escolar converge todas as ações da escola. A nossa finalidade é a formação de um indivíduo que contribua positivamente para o desenvolvimento da sociedade. Portanto, cabe a escola garantir os direitos constitucionais a cada indivíduo que nela chega. Todavia, também é função desta instituição estabelecer regras e limites que contribuam para a formação da consciência de que o educando é um indivíduo com direitos, mas, também com deveres.

As avaliações externas e os resultados apresentados pelo IDEB também norteiam nosso trabalho. Temos como um de nossos objetivos aumentar nosso índice e conseqüentemente melhorar a qualidade de nossas práticas. Acreditamos que a valorização dos profissionais da educação é estratégia de sucesso nesta conquista. Esta valorização se dá em várias esferas, desde a presença de um bom relacionamento dentro da instituição, quanto no investimento na formação do pessoal.

A Escola Municipal Antônio Camilo Alvim oferece aos professores um programa de formação continuada. A demanda de cursos e temas é levantada pelo grupo no início de cada ano letivo e a partir daí traçado um cronograma de formação durante todo o ano. Estes cursos são ministrados por profissionais de cada área levantada e contratados pela escola. Além dessa proposta, aos docentes da instituição são periodicamente oferecidos cursos da SME através do NIEP.

Há também uma preocupação da instituição em manter uma relação próxima à família do aluno e uma ação que realizamos é o Projeto: Escola de pais. Este visa dialogar com a família sobre suas maiores dificuldades em relação ao aluno e juntos, família e escola buscamos respostas para as mesmas.

As relações de trabalho realizadas no contexto escolar são fortes indicadores da qualidade de ensino de uma instituição. Identifica-se, ainda, que o trabalho coletivo leva o grupo a um maior sentimento de empoderamento da escola, o que contribui para o desenvolvimento de relações saudáveis e maior comprometimento de toda comunidade escolar.

A Escola Municipal Antonio Camilo Alvim busca resolver os conflitos que surgem na sua rotina diária utilizando-se de justiça e bom senso. Primamos pelo diálogo e o respeito, considerando a voz e vez de cada um, independente de sua posição na escola, aluno, direção, professor, família... Acreditamos que a escola é um espaço onde se aprende a resolver conflitos, por isso, procuramos agir como mediadores e apaziguadores, mas, nunca, omissos.

Possuímos ainda um Regimento Escolar que explicita as normas internas da instituição. Aos pais é passada uma cartilha com o regimento interno, aos alunos há um momento de estudo, reflexão e debate das regras deste regimento e aos professores um momento de reflexão sobre o mesmo. Isto acontece anualmente, geralmente no início do ano letivo.

Contudo, esperamos cumprir com o nosso papel de ser um ambiente agradável e que propicie efetivas ações educativas. Acreditamos que, as relações envolvidas

neste período escolar contribuem de forma positiva ou negativamente no processo de aprendizagem, por isso, zelamos por este eixo em nossa instituição.

## **Avaliação**

Segundo Depresbíteres (2005, p.76), "educação é processo e avaliar esse processo é dever das instituições: ganhar espaços, gerar mudanças, promover melhorias devem fazer parte integrante da consciência do educador". Conscientizar-se que avaliar é muito mais que medir ou atribuir um valor em forma de nota ou conceito, é um paradigma que aos poucos está sendo quebrado. Avaliar implica antes de tudo atribuir significado as coisas que nos rodeiam e valorizá-las.

Numa instituição escolar a avaliação é parte integrante e fundamental do processo educativo, por meio dela, a escola reflete sobre suas ações cotidianas e suas próprias práticas pedagógicas. Este instrumento é integrador entre o ensino e a aprendizagem e uma ação que ocorre durante todo o processo.

Olhar a avaliação com outros olhos não é apenas tendência, é Lei. Segundo o artigo 24, inciso V, alínea a da LDB, "a avaliação deve ser contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais." (Art. 24, LDB n.º 9394/96)

Pensar sobre a avaliação praticada na Escola Municipal Antonio Camilo Alvim levou-nos a refletir sobre os processos avaliativos existentes nesta instituição em seus diversos segmentos e seus respectivos objetivos.

Existe a avaliação da instituição, em que se destaca a participação do coletivo da comunidade escolar, a avaliação de desempenho dos profissionais da escola desenvolvido pela comissão avaliadora escolhida pelo grupo da instituição. Há também, a avaliação sistêmica, ou seja, conjunto de avaliações realizadas sob responsabilidade do poder público podendo ser da esfera municipal, estadual ou federal.

O desafio da EMACA sobre avaliação de aprendizagem é um tema atual que levou-nos a refletir sobre nossas práticas e mexeu com todos da equipe escolar. Essa situação nos levou a buscar uma nova forma de inserir toda comunidade escolar no processo avaliativo.

Em reunião com a equipe da escola, apresentamos os resultados do IDEB, fazendo desta forma uma reflexão dos resultados das avaliações sistêmicas que participamos (SIMAVE, Provinha Brasil, e SAEMI). Questionamos se nossas avaliações internas estavam de acordo com a proposta do sistema educacional proposto pelo poder público (Nacional, Estadual e Municipal).

Constatamos que, alguns de nossos professores são resistentes à proposta de aprovação automática, considerando a avaliação como um instrumento de manipulação e coerção e não como parte integrante do processo educativo, assim, poderíamos explicar o conceito errôneo sobre avaliação existente na escola.

Após vários encontros de discussões com a equipe escolar, baseados em legislações que garantem ao aluno o direito a uma educação de qualidade, construímos um novo conceito avaliativo. Este deverá valorizar a ação-reflexão-ação, adaptando novas metodologias, adequando os conteúdos as necessidades dos educandos e respeitando as diferenças individuais.

Os instrumentos avaliativos para os processos qualitativos e quantitativos (conforme Resolução 001/2010 – SME/Itabira) utilizados pela EMACA são:

<b>Aspectos qualitativos</b>	<b>Aspectos quantitativos</b>
Trabalho em grupo	Provas objetivas e dissertativas
Observação de seu comportamento e sua participação nas atividades escolares.	Trabalho em grupo
Execução das lições de casa.	Simulado
Registros descritivos das habilidades consolidadas e em construção do aluno.	

A auto-avaliação constitui instrumento importante para o desenvolvimento do aluno, por isso, também utilizamos este mecanismo como estratégia de aprendizagem e construção da autonomia. Acreditamos que ao proporcionar ao educando a reflexão sobre sua postura buscamos facilitar a tomada de consciência de seus avanços, suas dificuldades e possibilidades.

Estando a escola sob a subordinação da SME segue todas as resoluções e decretos estabelecidos pela mesma, sendo assim, o ano letivo está dividido em três etapas, conforme resolução nº001 de 2010, divididas da seguinte forma;

### **1ª ETAPA**

Durante a 1ª Etapa, foram distribuídos 35 pontos, sendo:

I- 28 pontos para aspectos quantitativos;

a) duas avaliações individuais, no valor de 14 pontos, para cada componente curricular;

II- 07 pontos para aspectos qualitativos.

### **2ª ETAPA**

Durante a 2ª Etapa, serão distribuídos 35 pontos, sendo:

I- 28 pontos para aspectos quantitativos:

a) 10 pontos para avaliação individual (podendo ser distribuídos em mais de uma avaliação)

b) simulado ou trabalho no valor de 08 pontos, contemplando os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências, com igual número de questões para cada disciplina, nos parâmetros das avaliações externas. Para as séries finais, deve-se acrescentar a disciplina Língua Estrangeira Moderna-Inglês;

c) avaliação final no valor de 10 pontos; e

d) para os componentes curriculares de Artes, Educação Religiosa e Educação Física do 6º ao 9º ano, será aplicada, nas mesmas datas previstas, Avaliação, interdisciplinar, com número equivalente de questões e com igual valor das demais avaliações.

II- 07 pontos para aspectos qualitativos.

### **3ª ETAPA**

Durante a 3ª Etapa, serão distribuídos 30 pontos, sendo:

I- 24 pontos para aspectos quantitativos:

a) 9 pontos para avaliação individual (podendo ser distribuídos em mais de uma avaliação);

b) simulado ou trabalho no valor de 06 pontos, contemplando os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências, com igual número de questões para cada disciplina, nos parâmetros das avaliações externas. Para as séries finais, deve-se acrescentar a disciplina Língua Estrangeira Moderna-Inglês;

c) avaliação final no valor de 9 pontos, e;

d) para os componentes curriculares de Artes, Educação Religiosa e Educação Física do 6º ao 9º, será aplicada, nas mesmas datas previstas, avaliação interdisciplinar, com número equivalente de questões e com igual valor das demais avaliações.

II- 06 pontos para aspectos qualitativos.

Conforme a LDB no seu art. 12 os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

III- assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

Nessa visão, a instuição garante aos alunos o cumprimento do calendário com rigor, pois acredita que o sucesso depende do compromisso assumido com o tempo escolar dos docentes.

A aplicação da avaliação institucional fundamenta-se em avaliar o andamento da instituição, é centrada nas políticas públicas, nos sistemas, nos projetos realizados na escola e a efetiva realização das funções atribuídas a cada segmento da comunidade escolar. Para que este mecanismo faça sentido, é necessário que a instituição abra espaço para a reflexão e debate que proporcione a construção da autoconsciência individual e coletiva.

A avaliação institucional da EMACA é constante. Entretanto, proporcionamos alguns momentos mais específicos para realizarmos essa ação: reuniões periódicas com todos os segmentos. No primeiro encontro pedagógico com toda equipe da escola

de cada ano, abrimos um espaço para registrarmos nossas metas individuais e coletivas do ano em questão. As metas individuais são guardadas na pasta de cada funcionário e as coletivas discutidas pelo grupo, juntamente com a confecção de um plano de ação claro para alcançá-las.

No final do semestre fazemos um novo encontro para avaliarmos nossas metas e refletirmos sobre os fatores internos e externos que contribuíram ou impediram para execução das mesmas. Esta reflexão aponta as falhas da instituição, do grupo e de cada um, possibilitando uma retomada das ações e conseqüentemente uma mudança.

A EMACA participa das avaliações externas dos programas do Sistema de Avaliação da Educação Básica- PROEB e PROALFA, Sistema Avaliação de Ensino Estadual (SIMAVE) e Sistema de Avaliação do Ensino Municipal de Itabira (SAEMI). Aproveitamos os resultados apresentados nas mesmas, para analisar dados e definir bases norteadoras e justificadoras das intervenções, melhoria das práticas pedagógicas e elevação do desempenho acadêmico dos alunos.

A avaliação de desempenho da EMACA segue o decreto nº. 1.905, de 20 de maio de 2010 – que regulamenta a avaliação de desempenho do servidor do quadro de magistério público municipal de Itabira, funcional estável, em estágio probatório e contratados.

Este processo é aplicado na instituição pelo corpo Administrativo da Escola (Diretor, Vice-Diretor, Especialista em Educação/Coordenador de Área e professor eleito pelo corpo docente) coordenada pela Equipe Avaliadora do Magistério, e está coordenada pela Comissão de Desenvolvimento Funcional do Magistério, criada pela Lei 4.062 de 04 de maio de 2007.

A Avaliação de Desempenho é um instrumento, implantado há pouco tempo em nossa rede. Ele auxilia a equipe gestora da escola a analisar o desempenho dos diversos profissionais da escola e respectivamente a eficácia das tarefas que realiza. Além disso, através desta ferramenta passamos estabelecer metas, tanto coletivas, quanto individuais.

A equipe gestora da EMACA, acredita que através da avaliação de desempenho impulsiona um processo de reflexão crítica sobre a prática de cada funcionário da escola, desencadeando uma autonomia criativa de suma importância para o melhor funcionamento na instituição.

Acreditamos que o objetivo final da Avaliação de Desempenho é contribuir para o crescimento de cada profissional. Apesar deste instrumento ser visto por muitos como um meio de punição, nos valemos deste momento para dialogar com a equipe da escola, apontando os potenciais de desenvolvimento de cada funcionário e refletindo sobre o que é necessário melhorar.

Segundo Dalben (2005.p 45) "a avaliação sistêmica é uma modalidade de avaliação, em larga escala, desenvolvida no âmbito de sistemas de ensino com vistas a, especialmente, subsidiar políticas públicas na área educacional". Acreditamos que, este é um mecanismo privilegiado, capaz de fornecer aos diversos segmentos informações. Constitui-se em uma preciosa ferramenta para melhoria da qualidade das práticas educacionais e a eficácia dos sistemas públicos de educação proporcionando investir adequadamente para atender as demandas educativas do país.

Enfim, avaliar é um ato que nos conduz a novos e diferentes caminhos e realizações, é uma potente arma que pode destruir ou construir. Avaliação e aprendizagem são indissociáveis e pressupostos básicos para um efetivo sentido da educação.

## Referência Bibliográfica

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16/08/2010.

\_\_\_\_\_. Indicadores da Qualidade na Educação/Ação Educativa, Unicef, PNUD, Inep-Mec (coordenadores).- São Paulo: Ação educativa, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos>. Acesso em: 22/08/2010.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional/Lei Nº 9.394 de 1996. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Brasília, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis>. Acesso em: 15/07/2010.

\_\_\_\_\_. Matrizes Curriculares de Referência para o SAEB/ Maria Inês de Sá Pestana ET AL. 2ª ed. rev. ampl.- Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/saeb/matrizes>. Acesso em: 01/09/2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, 2006. Caderno 1: Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania. Disponível em <http://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 22/08/2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, 2006. Caderno 7: Conselhos Escolares: [Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil](#). Disponível em <http://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 22/08/2010.

CAMPBELL, Selma Inês. Projeto Político Pedagógico. Campinas, RJ; Wak Editora, 2010.

CASASSUS, Juan. A reforma educacional na América Latina no contexto de globalização. Cad. Pesquisa. [online]. 2001, n. 114, pp. 7-28. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/cp/n114/a01n114.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a01n114.pdf). Acesso em: 08/06/10.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade Na Educação Pública, out 2007. Disponível em [moodle3.mec.gov.br/UFMG/mod/data/view.php?id=3283@advanced](http://moodle3.mec.gov.br/UFMG/mod/data/view.php?id=3283@advanced). Acesso em: 06/08/10.

DEPRESBÍTERES, Leci. Avaliação da aprendizagem- Revendo conceitos e posições. In Avaliação do Rendimento Escolar. (Org.Souza, Clurilza Prado), Campinas, SP.13ª Ed. Papyrus Editora, 2005.

FERNANDES, Maria Cláudia de Oliveira. et.al. Indagações sobre Currículo: currículo e avaliação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

FREIRE, Paulo. Arquivos Paulo Freire, em São Paulo, dia 19 de março de 1997.

\_\_\_\_\_.Pedagogia da Autonomia, Saberes necessários às Práticas Educativas. São Paulo: Paz e Terra 1996.

\_\_\_\_\_. Professora Sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. 6.ed. São Paulo, Olho d`Água, 1995a.

LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da escola-teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

GADOTTI, Moacir. Uma só escola para todos. Caminhos da autonomia escolar. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.

GANDIM, Danilo. A prática do planejamento participativo: na educação e outras instituições, grupos e movimentos nos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis, RJ; Vozes, 1994.

GONÇALVES, Juçara dos Santos. CARMO, Raimundo Santos do. Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão. 2001.94 folhas. TCC. UNAMA. Belém–Pará. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=3283&advanced=0&paging=&page=1>. Acesso em: 06/08/2010.

LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da escola-teoria e prática. 4 ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

MESQUITA, Adriano. A Formação do Currículo nas Séries Iniciais. Disponível em: <http://www.webartigos.com>. Acesso: 05/09/10.

MINAS GERAIS. Guia do Diretor Escolar- SEE/MG- 2007, Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação. Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Humanos para Educação.

OLIVEIRA, João Ferreira de. MORAES, Karine Nunes, DOURADO, Luis Fernandes. Conselho Escolar: Participação e democratização da gestão administrativa, pedagógica e financeira da educação e da escola. UFG. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=3297&advanced=0&paging=&Page=1>. Acesso em 07/06/2010

\_\_\_\_\_. Conversando um pouco sobre o Conselho Escolar. UFG. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=3297&advanced=0&paging=&page=1>. Acesso em 30/05/2010.

\_\_\_\_\_. Gestão Escolar Democrática: definições, princípios, mecanismo de sua implementação. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/forum/view.php>. Acesso em: 28/06/10.

\_\_\_\_\_. Gestão financeira descentralizada: Planejamento, aplicação e acompanhamento de recursos. UFG. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=3297&advanced=0&paging=&Page=1>. Acesso em 07/06/2010

\_\_\_\_\_.O financiamento da educação básica: Limites e possibilidades.UFG. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=3297&advanced=0&paging=&Page=1>. Acesso em 07/06/2010.

\_\_\_\_\_.Organização da Educação Escolar no Brasil na perspectiva da gestão democrática.UFG. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=3297&advanced=0&paging=&page=1>. Acesso em 30/05/2010.

PARO,Vitor Henrique.Gestão democrática da escola pública.3ª ed.São Paulo: Ática, 2002.

REGIMENTO ESCOLAR. Escola Municipal Antônio Camilo Alvim. Itabira, 2010.

SANA. José de Almeida. Desfabricando analfabetos. In: Itabira e Centro Leste em Revista. Itabira. Ano I, n.8, P. 20-21,agosto,1993.

SANTOS, Lucíola Paixão. PARAÍSO, Marlucy Alves. O currículo como campo de luta. In: Presença Pedagógica, n.7,1996.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITABIRA, Resolução 01/2010.

VASCONCELOS, Celso S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político- pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico: educação superior. Campinas, SP; Papirus, 2004 (Coleção Magistério. Formação e Trabalho Pedagógico).

\_\_\_\_\_,Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas, SP; Papirus, 2008 (Coleção Magistério. Formação e Trabalho Pedagógico).

YUS, Rafael. Um paradigma holístico para a educação. In: Pátio-Revista Pedagógica, Porto Alegre, n. 51, p 20-22, agosto/outubro, ano 2009.

## Anexo I



### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/DEPARTAMENTO TÉCNICO PEDAGÓGICO

#### Instruções para Implantação de Ensino por Área

Tendo em vista a necessidade de aprimoramento do trabalho pedagógico nas séries iniciais, a Secretaria Municipal de Educação institui, a partir do ano letivo de 2010, em caráter experimental o ensino por área; a saber:

- ✓ O ensino por área será instituído nas turmas de 4º e 5º anos;
- ✓ Para implementação da proposta serão montadas turmas com no máximo de 3 (três) professores, distribuídos por áreas ou blocos de disciplinas;
- ✓ Ano com números pares de turmas = 2 (dois) professores
- ✓ Ano com número ímpares de turma = 3 (três) professores
- ✓ Os blocos de ensino compreenderão as seguintes áreas:
  - Turmas pares: (2 professores)  
Português – Geografia – História  
Matemática – Ciências – Artes – Ensino Religioso – Biblioteca
  - Turmas ímpares: (3 professores)  
Português – Ciências  
Matemática – Ciências – Artes  
História – Geografia – Ensino Religioso
- ✓ A SME elaborou proposta (máscara) de horário para funcionamento da proposta.
- ✓ Os horários em que os professores não estiverem em sala de aula, serão destinados à preparação do material do Vale Juventude, encontros com pedagogo, atividades de projeto de biblioteca, atendimentos aos pais e outras especificações de acordo com a necessidade.

**SUGESTÃO DE HORÁRIO – 4º E 5º ANOS – TURMAS PARES**

SEMANA	HORÁRIO	A	B	C
2º	1º	Português	Matemática	-----
	2º	Português	Matemática	-----
	3º	Português	Matemática	-----
	4º	Matemática	Português	-----
	5º	Matemática	Português	-----
3º	1º	História	Ciências	-----
	2º	História	Ciências	-----
	3º	Artes	Geografia	-----
	4º	Ciências	História	-----
	5º	Ciências	História	-----
4º	1º	Ensino Religioso	Geografia	-----
	2º	Biblioteca	Geografia	-----
	3º	Português	Biblioteca	-----
	4º	Português	Matemática	-----
	5º	Português	Matemática	-----
5º	1º	Educação Física	Matemática	-----
	2º	Matemática	Português	-----
	3º	Matemática	Português	-----
	4º	Geografia	Artes	-----
	5º	Geografia	Educação Física	-----
6º	1º	Matemática	Português	-----
	2º	Matemática	Português	-----
	3º	História	Ciências	-----
	4º	Geografia	Ensino Religioso	-----
	5º	Ciências	História	-----

Professor 01	Português	A – B	12 Aulas
	Geografia	A – B	06 Aulas
	História	A – B	06 Aulas
Professor 02	Matemática	A – B	12 Aulas
	Ciências	A – B	06 Aulas
	Artes	A – B	02 Aulas
	Ensino Religioso	A – B	02 Aulas
	Biblioteca	A – B	02 Aulas

**SUGESTÃO DE HORÁRIO – 4º E 5º ANOS – TURMAS ÍMPARES**

SEMANA	HORÁRIO	A	B	C
2º	1º	Português	Matemática	História
	2º	Português	Matemática	História
	3º	Geografia	E. Religioso	Ciências
	4º	Matemática	História	Português
	5º	Matemática	História	Português
3º	1º	Matemática	Português	Geografia
	2º	Matemática	Português	Geografia
	3º	Ciências	Artes	E. Religioso
	4º	Português	Geografia	Matemática
	5º	Português	Geografia	Matemática
4º	1º	História	Matemática	Português
	2º	História	Matemática	Português
	3º	Ciências	Ciências	Geografia
	4º	Geografia	Português	Ciências
	5º	Geografia	Português	Ciências
5º	1º	E. Religioso	Ciências	Matemática
	2º	E. Física	Ciências	Matemática
	3º	Biblioteca	Geografia	Ed. Física
	4º	Matemática	Ed. Física	Português
	5	Matemática	Biblioteca	Português
6º	1º	Português	História	Arte
	2º	Português	Matemática	História
	3º	História	Matemática	Biblioteca
	4º	Ciências	Português	Matemática
	5º	Ciências	Português	Matemática

Professor 01	Português	A – B – C	18 Aulas
	Ciência	A – B	06 Aulas
Professor 02	Matemática	A – B – C	18 Aulas
	Ciência	C	03 Aulas
	Artes	A – B – C	03 Aulas
Professor 03	Geografia	A – B – C	09 Aulas
	História	A – B – C	09 Aulas
	E. Religioso	A – B – C	03 Aulas